**ATA Nº 06/2020 – REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA.**

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e vinte (21.04.2020) às 14 horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, foi realizada reunião extraordinária conjunta das comissões acima citadas. Presentes as Vereadoras  **Ligia Lumi Tsukamoto Suga, Elza Aparecida Barbosa Romoda e Marlene Dallacosta,** assim como os Vereadores **Gileade Gabriel Osti**, **Sérgio Arruda Viana e Agnaldo da Silva Tadeu,** membros das referidas comissões**. O Vereador Carlos Magno P. Czerwonka**, integrante das comissões de Constituição e Finanças, não se fez presente por não se sentir bem. Presente também Vereadores e membros da diretoria da Associação Assistencial de Guaíra – Hospital Beneficente ASSISTEGUAIRA, que assinaram a lista de presença anexa. Presentes ainda a Oficial Legislativa Andréa Marta Salamon Schimmel, a Assessora Parlamentar Luana Caroline Ferreira dos Santos, o Advogado Ferdinand Alves Rodrigues, o Advogado Israel Francisco dos Santos, a Contadora Durcelina dos Santos Titotto e o Controlador Interno Ricardo Henrique Borges. Inicialmente foi discutido sobre o **Projeto de Lei n° 015/2020,** que autoriza o Poder Executivo **criar dotação e repassar à Associação Assistencial de Guaíra – Hospital Beneficente ASSISTEGUAIRA,** efetuar a abertura de Crédito Suplementar para alterar a LOA 2020 (Lei Municipal 2.118 de 11/12/2019) e a ajustar as programações estabelecidas no Plano Plurianual – 2018 a 2021 (Lei Municipal 2.035 de 27/12/2017) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal 2.101 de 04/07/2019, alterada pela Lei Municipal 2.119 de 11/12/2019), para criação de dotação por Crédito Suplementar por Superávit Financeiro do exercício de 2019 e anteriores no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), e por suplementação por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), acompanhado do **Parecer Jurídico n° 45/2020,** do qual foram disponibilizadas cópias aos Vereadores, onde o Advogado Ferdinand Alves Rodrigues conclui que há possibilidade jurídica de aprovação do projeto, nos termos expostos no parecer, recomendando: a) seja o presente Projeto analisado pelas Comissões Permanentes de 1) Constituição, Legislação e Justiça 2) Finanças, Orçamento e Fiscalização; e 3) Educação, Saúde e Assistência; b) seja, ao menos, dada ciência deste Projeto à Comissão Especial Temporária instituída por meio da Portaria n° 48/2020 e ao Controlador Interno desta Casa; c) sejam confrontadas as circunstâncias fáticas e a pertinência deste Projeto de Lei, para emissão de Parecer fundamentado das Comissões, a fim de evitar, tanto quanto possível, eventuais responsabilidades. Iniciada a reunião, **a Vereadora Ligia Lumi Tsukamoto Suga**, Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça justificou a ausência do Vereador Carlos, por não estar passando bem e agradeceu a presença de todos, explicando que as três comissões se reuniriam conjuntamente para que todos pudessem participar das explicações e debates, tendo sido solicitada a presença da nova diretoria **da Associação Assistencial de Guaíra.** Foi dada a palavra ao **Advogado Ferdinand**, o qual disse que o projeto de lei n° 015/2020, de iniciativa do Executivo tem por finalidade o repasse de cerca de R$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais) para o Hospital Assisteguaira, sendo que o Prefeito conquistou emendas parlamentares no ano de 2019 e agora pretende a alteração das leis orçamentárias, para incluir esse valor no repasse do Assisteguaira e que em tempos normais é perfeitamente possível, no entanto quis dar um alerta no seu parecer pelo fato de estarmos num ano eleitoral, pois a lei eleitoral veda que sejam transferidos valores a entidades privadas, pessoas físicas, jurídicas etc, ainda que seja de caráter social, a não ser que isso venha sendo feito a muitos anos. Afirmou que no caso desse projeto, alertou os Vereadores pela possibilidade jurídica de aprovação, desde que eles se convençam, e isso precisa de documentos, precisa das circunstâncias de fato, de que realmente esse valor será utilizado em razão do COVID, em razão da pandemia, da calamidade pública, que é uma das exceções da lei eleitoral e, se não fosse ano eleitoral, o projeto de início estaria perfeitamente correto; como é ano eleitoral, precisa se enquadrar na excessão da lei eleitoral, que permite a transferência de valores, no caso de calamidade pública. Disse ainda que conforme ficou claro nos julgados que encontrou, e no workshop realizado no mês de fevereiro aqui na Câmara, de direito eleitoral, quando a verba é repassada sob pretexto de calamidade pública, ela tem que ser usada na calamidade pública ou para recompor alguma coisa causada pela calamidade pública. Finalizou dizendo que o parecer é favorável e juridicamente possível, desde que esses requisitos estejam presentes, e pela ausência de documentos nesse sentido, não conseguiu ver que está caracterizado o uso desses valores em razão da pandemia, então é um alerta que faz aos Vereadores para que observem esse ponto e em que pese as emendas serem de 2019 e serem concedidos específico para o Assiste, conforme a lei eleitoral e decisões que encontrou, é proibido fazer isso no ano eleitoral, ainda que o direito de fazer seja conquistado em anos anteriores, ficando o alerta e deixa isso bem claro, para não aprovar uma norma que venha contrariar a lei eleitoral**. A Vereadora Elza** disse à Senhora Marli, Presidente do Assisteguaira que, como o Dr. Ferdinand falou, essa verba é destinada para o COVID 19, não pode ser usada em outros casos, perguntando então se o hospital está dando atendimento a pacientes com a Covid 19, ao que a **Senhora Marli Kihara** respondeu que sim, está dando assistência ao Covid 19. **A Vereadora Elza disse** que pelo que leu, está para pacientes em terapia intensiva e que voltam para o nosso município, para dar continuidade no atendimento, acrescentando que não é contra essa emenda direcionada ao Assiste, mas está fazendo essas perguntas pois os recursos tem que ser usados com o COVID. **O Senhor José Carlos Delfino** informou que a respeito da pergunta da nobre Vereadora, em meados de março se deu a questão do COVID no município de Guaíra e então o hospital destinou dez leitos para o COVID, sendo que um é de isolamento. Disse ainda que é funcionário novo no Assiste, trabalha há quinze dias, e além do lado humano, temos que ver o lado econômico, pois para terem uma idéia, uma ultrassom normal o SUS paga para o hospital R$ 37,95 (trinta e sete reais e noventa e cinco centavos) sendo que o preço na tabela média SISCOPAR é de R$ 90,00 (noventa reais); são quinze itens de exames que são feitos, que o hospital acaba bancando e aí vem a inviabilidade de continuar mantendo tudo isso, se não tiver esses recursos. Disse também que vieram aqui pedir a sensibilidade para os nossos Vereadores e acredita que uma das verbas que acompanhou deve ser de 2018 ou 2017, que o Takayama pediu como emenda, liberou em 2018 e está à disposição, e que o Assisteguaira tem trinta e sete funcionários, fora médicos, plantonistas, e sem esses recursos fica complicado para administrarmos, sendo que o COVID veio para dificultar ainda mais, dificuldade imensa até na UPA, pois dali recebem os pacientes para o hospital, mas o hospital disponibilizou os leitos e o isolamento para o caso COVID. **O Vereador Gileade** afirmou que só para deixar bem claro, o projeto que estamos discutindo agora é o projeto que trata das emendas parlamentares carimbadas para o Hospital Assisteguaira, do orçamento geral da União de 2019, sendo que essas emendas parlamentares não são para o COVID, são emendas parlamentares pré pandemia; essas emendas foram colocadas no orçamento geral da União de 2019 e as Portarias que regem esses repasses são de 2019, os recursos chegaram para o município no final do ano passado; teve um recurso que chegou em outubro, outro no último dia do ano de 2019 e outro chegou no começo de 2020, questionando como o município ia fazer o repasse sem o recurso na conta? Então esperaram chegar todos os recursos para fazer o projeto de lei. Disse ainda que tem uma questão que o doutor bem lembrou que é a questão eleitoral, que nós temos que achar a solução correta para esse repasse e só para colaborar com os senhores, serão R$ 824.000,00 (oitocentos e vinte e quatro mil) reais; mais ou menos três emendas sendo uma do Deputado Takayama, de R$ 424.050,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil e cinquenta reais); em 2018 fez a intenção de emenda o Deputado Vermelho, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e uma emenda do Deputado Zeca Dirceu, de R$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo que os recursos caíram no Fundo Municipal de Saúde e agora o Município precisa repassar esses valores, sendo que os recursos são carimbados. Disse ainda que por mais que seja um ano eleitoral, como esses recursos são carimbados para o hospital e são de 2019, tem um agravante aqui, pois se não forem repassados até 31 de dezembro de 2020, voltam para o Ministério da Saúde e além disso o Município está em situação de calamidade pública, como outros municípios, não vendo óbice. Disse ainda que esses recursos não são para comprar equipamentos e nem para pagar pessoal, é para custeio, como água, luz, aluguel, médicos terceirizados, material médico, produtos de limpeza, além disso a Secretaria de Saúde tem umas metas que o hospital tem que cumprir, essas metas que a Secretaria de Saúde vai pactuar no contrato, quando esses recursos entrarem, caso aprovado, essas metas o hospital tem que cumprir, o hospital vai ter que fazer prestação de contas. Acrescentou que vemos uma dificuldade muito grande do hospital, que é a aquisição de um equipamento chamado arco cirúrgico e esse equipamento não pode ser comprado com esses oitocentos mil reais, mas sabe que já tem emendas que estão garantidas e não entraram na conta ainda, citando uma emenda do Soldado Adriano de quatrocentos e oitenta mil reais, enfatizando que, com esse recurso poderá ser comprado esse arco cirúrgico, sendo uma emenda direta, que não precisa passar pela Câmara. **O Vereador Agnaldo disse** que fez questão de convidar o Dr. Marcelo para estar presente nessa reunião, pois é uma grande peça no desenvolvimento e andamento dos trabalhos do hospital e os Vereadores querem o bem do hospital, querem o hospital funcionando, atendendo e dando o melhor suporte à população e querem que o orçamento do hospital esteja em dia, por isso querem o diálogo. Explicou aos membros da diretoria que, da mesma forma que estes querem ser bem tratados quando chegam aqui na Câmara, também quer ser bem tratado quando chegar lá no hospital, e aconteceu um fato que ficou muito decepcionado, pois procurou o hospital para pedir uma informação e não teve o atendimento esperado, mas saibam que aqui serão acolhidos e através desse diálogo sugere que recomecem, com a união dos Vereadores e da população, assim como do esforço dos que estão trabalhando como voluntários e a diretoria. Disse ainda que esse recurso que está sendo destinado para o hospital, o hospital teria que arcar com as outras fontes também, acreditando que dá pra remanejar esses orçamentos e tentar amenizar esse problema do hospital e gostaria de pedir ao Dr. Wilson, para fazer uma breve colocação da situação do hospital e que o nosso advogado colocasse as questões jurídicas, caso aprovados esses recursos, se haveria uma problemática jurídica para os Vereadores e para que possamos estar seguros da votação. **A Vereadora Ligia** solicitou que a diretoria se apresentasse, informando as funções de cada um, tendo se manifestado inicialmente **a Senhora Marli,** esclarecendo que exerce a função de Presidente; em seguida a **Senhora Sirlei Berton,** 1ª Vice Presidente e **a Senhora Bernadete Zilli**, Secretária. Ato contínuo fez uso da palavra **o Senhor Wilson Lopes**, o qual esclareceu que participou da fundação do hospital desde 2016, e desde então vem acompanhando ao longo de toda história, de como se processou as primeiras contratações, assim como a aquisição do patrimônio da entidade, da locação do prédio onde está instalado, como se deu a necessidade de sua fundação. Afirmou que sempre foi um defensor de que esse hospital fosse municipalizado, sempre teve esse sonho que o hospital em si seria a maior conquista que a população do nosso município poderia ter e seria muito melhor que o Prefeito deixasse de investir em pavimentação, em praça pública, em reformas de estádio de futebol, mas que mantivesse o hospital, pois é um ganho efetivo para a população, se tornou mais importante ainda quando se criou a UPA, se tornou a porta de entrada do doente para o sistema, a UPA encaminha o doente para o hospital e sem o hospital praticamente a saúde em Guaíra voltará a regredir nos tempos antigos, quando o serviço era prestado através do Hospital São Paulo ou o Hospital Santa Rita. Explicou que foi muito difícil de se conseguir aproveitar o estatuto da Associação Assistencial de Guaíra, que era creche e mudou de objeto, passando para administração hospitalar, e a partir daí as contratualizações e esse hospital vinha sendo gerenciado de uma forma em que havia um equilíbrio econômico, pelo manos enquanto o Fabian se encontrava na administração, os repasses eram destinados de conformidade com a necessidade que se dispendia no local e sempre foi assim; com a administração do Prefeito Heraldo Trento se tentou persistir com essa contratualização, e houve uma infelicidade de se contratar uma empresa que oferecesse os serviços... (neste ponto a gravação foi cortada). Comentou sobre as diversas despesas existentes, acrescentando que o hospital é um barco grande, muito grande e cheio de gente, que está na beira de um precipício e o capitão no último momento deixou o problema para uma pessoa que acreditava nele, então ou o barco vai para o precipício e ela vai se arrebentar, se não receber a ajuda necessária, mas esperamos que vocês se sensibilizem e ajudem para o barco não afundar, pois foi uma conquista que não se pode voltar atrás, acrescentando que eles tem dificuldade hoje de conseguir recursos para pagar os médicos, para pagar os enfermeiros, para pagar os insumos, que acabou de receber o balancete oficial, está notificando o Prefeito e o Dr. Rafael vai ajudar a fazer isso, sendo que o hospital responde a uma média de trinta e poucas ações e não pode dizer que vai ficar nisso, tem seu escritório de advocacia e inúmeros compromissos que não pode deixar de atender, desde a nova gestão tem dedicado dia e noite do seu tempo, pensando numa forma da gente abordar essa situação, mas peço a vocês: vamos pensar tecnicamente, o Prefeito tem feito um empenho em tentar resolver essa questão e já demonstrou isso ao sugerir esse repasse de seiscentos mil reais e sabe que ele já estaria gestionando junto à Itaipu e que está muito preocupado. Disse que vão comunicar também à SESA, à doutora lá de Toledo, a Secretaria de Estado da Saúde para que tome conhecimento da situação, acrescentando que está todo mundo pensando que o hospital está numa situação de estabilidade, que não está; se não acontecer isso, não vamos ter recurso para pagar o que está contratualizado, o hospital já vai entrar em colapso no mês que vem, então temos que encontrar uma solução, ou se aumenta o repasse ou vão ter que diminuir o serviço, porque não tem como, a entidade não visa fins lucrativos, mas não pode haver essa discrepância, a partir do momento que acabou essa reserva, não tem mais como pagar, então isso tem que ser planejado a longo prazo, não tem como se contar com um dinheiro que ainda não entrou, só podem gastar aquilo que tem previsão de receber, a atual diretoria já se reuniu e estamos fazendo alguns ajustes citando exemplos do que poderia ou não ser feito para diminuir despesas. Disse que tem muito apreço pelo Barreto, pelo Fabian, são seus amigos, por todos, é advogado do hospital e acha que a maioria não merecia estar nessa situação, uma situação complexa, que vai demandar muito estudo e debate, não seria para essas pessoas resolverem, pessoas que estão se doando e não deveriam estar passando por isso. Em seguida fez uso da palavra **o Dr. Marcelo Soares, ortopedista**, o qual explicou que acha que é o médico mais antigo em atuação no hospital, pois veio para cá em 2017 e na verdade trabalha no hospital mas não é contratado pelo hospital, quem paga o seu salário é o município, tem sobreaviso da UPA, só que aí estenderam a sua função, então atende no hospital a pacientes internados. Afirmou que a situação do hospital hoje realmente é crítica, já foi diretor do hospital e deu várias sugestões alí, algumas foram ouvidas, outras não, mas já vinha sendo ruim no começo do ano a situação, com a pandemia vai piorar ainda mais porque o hospital tem tanto o SUS quanto particular e hoje o SUS quase não tem mais, apesar de ser deficitário e o particular muito menos. Disse que ele mesmo não faz mais cirurgia particular no hospital, assim como consulta particular, então o hospital deixou de ganhar dinheiro; a situação que foi passada pelo nosso colega ali, realmente é verdade, a situação do hospital é bem complicada, um pouco por questão gerencial, um pouco porque o SUS é deficitário, a pandemia chegou para agravar a situação do hospital, não chega mais paciente e não chega mais recurso, e esse é o hospital da cidade e se o hospital fecha daqui um, dois ou três meses, vão ficar sem. Elogiou a estrutura do hospital, acrescentando que temos que viabilizar a manutenção dele, pois é algo muito importante. **O Senhor José disse** que iniciou lá há vinte dias, e sobre a fala do Vereador Agnaldo, em nome da diretoria se colocou à disposição, afirmando que não tem situação ou oposição no hospital, é uma questão de saúde pública, de saúde de todos e conversando com alguns médicos na questão ética, os funcionários do Assiste não podem às vezes fazer algum atendimento que por ventura possa ser solicitado por um Vereador, por exemplo um Vereador chega lá no hospital e quer um documento de um paciente, então eles não podem atender, acrescentando que dentro das suas possibilidades a todos se colocam à disposição, mas dentro dessa questão ética, só de documentos e outros pareceres, que eles do administrativo não podem fazer, somente da questão médica, enfatizando que todos são bem vindos e estão abertos ao diálogo em todo o momento**. A Senhora Marli, Presidente** do hospital afirmou que o Senhor José está disponível no atendimento, das oito até as seis horas e no que precisarem ele está à disposição para receber e para não acontecer como o Agnaldo, que não foi bem recebido, sendo que o hospital é de todos nós e atende não só Guaíra mas vários municípios da região, nós temos que esquecer o lado político, pois é uma empresa de cada um de nós. **O Dr. Ferdinand** usou mais uma vez da palavra, esclarecendo que a questão do mérito é dos Vereadores e o parecer jurídico não é vinculativo, é para orientar as consequências que pode gerar, se aprovado de forma errada. Disse que tem que ter cautela, principalmente a questão eleitoral; quem pretende se candidatar e vier a aprovar um projeto que esteja irregular, pode ter problemas com a justiça eleitoral, porque a justiça eleitoral tem entendimento de que presume-se que a pessoa que está no poder e aprovou um projeto que caracteriza um ilícito eleitoral, a justiça eleitoral presume que está acima de outro candidato, que não está no poder, pode caracterizar abuso de poder político e qualquer projeto que envolve dinheiro público, pode caracterizar um desvio de finalidade, improbidade administrativa, etc, então são várias coisas que podem acontecer, mas principalmente a questão eleitoral, porque é ano eleitoral. **A Vereadora Elza** perguntou o que se pode fazer para não correr este risco, ao que o **Dr. Ferdinand** respondeu que o projeto não está errado e o parecer não é contrário, existe a possibilidade jurídica, só acha que está frágil como veio para nós, pois da forma como veio não é suficiente para se enquadrar na exceção da lei eleitoral, que é a calamidade pública e aquele valor tem que ser passado em ano eleitoral mas em razão de calamidade pública. **O Dr. Wilson Lopes** disse que tudo o que o Dr. Ferdinand falou está correto, mas está agindo com uma cautela que no seu ponto de vista é totalmente desnecessária no momento, porque o Assisteguaira é o único hospital da cidade, não tem outro; se tem uma verba que veio disponível para o combate ao coronavírus, aonde vai se combater o coronavírus em Guaíra, que não seja o hospital Assisteguaíra? Então se tem uma verba para o combate ao coronavírus, e já tivemos três óbitos aqui, existe estado de calamidade, não vê problema nenhum na aprovação desses recursos, para destinar ao hospital. Acrescentou que o que vamos ter que analisar, é se a destinação desses recursos, pois são verbas carimbadas, vão atender as necessidades para não fechar, mas o estado de calamidade existe, o vírus está circulando em Guaíra e existe o hospital que é único, não existe impedimento legal, pois a pandemia é de caráter mundial, não é de caráter territorial. **A Vereadora Ligia** esclareceu que existe outro projeto que é relativo a tudo o que o Dr. Wilson falou, que está com o Dr. Israel, o da mensagem 11/2020, sendo que esse projeto aqui é das emendas, que o problema que estamos discutindo, é que estamos num ano eleitoral, período atípico dessa pandemia mundial e na mensagem 010/2020 não consta nenhuma menção sobre o COVID ou coronavírus, sendo que vai solicitar como presidente da comissão de Constituição, pois analisa juridicamente, um ofício do hospital com justificativa sobre todos esses problemas que essa pandemia tem gerado em nossa cidade, como é o único hospital que temos no município. Disse que iriam suspender o andamento até o ofício vir e vindo vão se reunir novamente as comissões, acreditando que aí sim o projeto de lei estará fortalecido para seguir em frente. **O Vereador Gileade** disse acreditar que a justificativa mais plausível para que não haja nenhum óbice, como o doutor Marcelo mesmo falou, nesse período de pandemia o hospital não está movimentando, e a movimentação do hospital gera receita, e as receitas caíram abruptamente**. A Vereadora Ligia** perguntou aos Vereadores se poderiam fazer dessa forma, com relação a solicitar o ofício do hospital, ao que não houve nenhuma discordância e **o Dr. Wilson** disse que iriam providenciar esse ofício. **A Vereadora Marlene** esclareceu que faz parte da Comissão de Saúde e Assistência Social, acompanhando bastante a questão do hospital e não tem do que reclamar, sendo que vê a demanda que é, e com certeza é um recurso necessário, acrescentando que ficou internada e foi muito bem tratada, tendo só a agradecer, principalmente à diretoria anterior, como à atual, pois é um desafio muito difícil, uma luta muito grande e infelizmente a gente está vendo a grande dificuldade financeira do hospital, a falta de equipamentos, como esse arco cirúrgico, um valor de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), sendo que tentou via deputado, o Vereador Sandro tentou, a Elza na época da gestão dela ofereceu o adiantamento da Câmara para comprar esse arco cirúrgico, mas não foi aceito, não sabe qual a razão. Afirmou que o Deputado Vermelho, a um pedido seu fez uma emenda de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e poderia estar injetando em qualquer outro segmento, mas a gente vê que a saúde do nosso Município está necessitada e sobre esses trezentos mil, ligou para o Prefeito e pediu para ele qual era o local que ele gostaria que a gente pudesse estar direcionando e ele passou que como eram trezentos mil para custeio, seria para a UPA, que tem um valor de meio milhão por mês de custo, então acredita que no momento era direcionado para a UPA, mas visando a demanda e a necessidade emergencial, o Prefeito deve ter pensado e direcionado esses trezentos mil para o hospital e tem também a emenda que o Deputado Márcio, que não está contabilizada ali e acredita que ainda não caiu para a aquisição de equipamentos, sendo que na época conversou com o Dr. Marcelo e a Cris, para aquisição de equipamentos, que o Deputado Márcio Nunes também já carimbou e liberou e tem um carro que chegou no Município, inclusive tá aqui, fez um requerimento que a resposta chegou esta semana, questionando por que ainda não foi entregue esse carro para o Assisteguaira, pois desde 2018 veio esse carro. **O Vereador Gileade** disse que só para esclarecer, Márcio Nunes é deputado estadual e essas emendas que estão aqui são de deputados federais, não vai cair essa emenda pro hospital via portaria ministerial**. A Vereadora Marlene** continuou seu pronunciamento dizendo que só gostaria de deixar claro as emendas pelas quais tem lutado à favor do hospital, que este carro foi um acordo de cavalheiros entre o Prefeito e o próprio deputado e que desde 2018 não foi entregue para eles, pois na época, devido ter chegado no finalzinho de setembro, e era ano eleitoral, eleição para Presidente, então o Prefeito queria entregar em seguida das eleições, depois disso tiveram mais duas conversas e até o momento o carro não foi entregue, é uma emenda que veio para eles, que vocês tem o direito de fazer aquisição e acredita que é de grande utilidade para o hospital um carro, e não sabe se este ano, como é ano eleitoral, pode ser que esse carro não venha a ser entregue novamente, por estarem no período eleitoral e terminou dizendo que sobre as emendas, seu posicionamento, se há legalidade, é favorável como Secretária da Comissão, e gostaria dentro desse relatório, que a comissão de Constituição for elaborar, que possa dar mais respaldo ainda se a diretoria tiver um plano de despesa para esse recurso, pois acredita que com isso estariam sendo amparados. Ainda com relação ao arco cirúrgico, não podemos fazer a compra com esse recurso e a gente sabe da demanda que é para ser disponibilizada uma emenda, questionando se há possibilidade do hospital, com esse recurso que a gente possivelmente aprove, o hospital fazer a aquisição com recursos próprios desse arco cirúrgico, uma vez que não tem como fazer a aquisição com o valor dessa emenda, para que o hospital volte a ganhar e nós não tenhamos que tirar pacientes daqui e o hospital deixando de ganhar recursos. **O Dr. Wilson** respondeu que a única preocupação que eles tem atualmente, é cumprir os compromissos do primeiro mês de gestão, sendo que o déficit do hospital gira em torno de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) por mês, então é uma questão de dias para o hospital voltar a entrar em colapso e a situação é documentalmente comprovada que o hospital da maneira como está contratualizado, é inviável economicamente, o que o pegou de surpresa, porque ninguém sabia disso, todo mundo imaginava que o hospital estivesse equilibrado financeiramente. Disse que o hospital não tem condições de investir nada e está pensando simplesmente em sobreviver, para tentar encontrar uma solução mais para a frente, mas sabe da importância do arco cirúrgico, que seria um ganho para a cidade. Afirmou ainda que se afastou um pouco do hospital, que no início, quando fundaram o hospital, a intenção não era fazer o que tá lá, era só fazer o primeiro piso e que as gestantes tivessem um lugar para ganhar neném, sendo que todo o investimento, toda a gestão só é possível se fazer se tem recursos financeiros Elogiou a atual diretoria do hospital, acrescentando que é uma ótima oportunidade de encontrar pessoas como elas para tocar esse projeto aí pra frente, mas temos que encontrar uma forma de resolver isso primeiro e depois as outras questões, o hospital atende mais de noventa e cinco por cento SUS, particular é mínimo e sobre o pedido da Comissão, do ofício, vão procurar atender ao que foi solicitado, as justificativas serão essas, o hospital é o único da cidade, tem lá leitos disponíveis para atender pacientes do COVID, que vão destinar para lá principalmente os contratos terceirizados dos médicos que estão atendendo e é a única maneira de resolver esse impasse e ganhar mais tempo para encontrar uma solução. **O Vereador Gilead** esclareceu sobre a questão do carro, enfatizando que o mesmo não veio para o Assisteguaíra; veio do SEDU Paraná Cidade, então como iria passar para o Assiste se é ilegal? Disse que não pode e que o Prefeito conversando com a diretoria do hospital soube que precisavam de recursos para custeio, para manter o hospital e não do carro, acrescentando que está com relatórios e o município tem feito a sua parte, fazendo os repasses e tentando buscar recursos extras, e essa emenda do Soldado Adriano vai ser direto para o hospital, vai entrar em junho, e aí sim vão poder comprar o arco cirúrgico, então é uma soma de esforços: o Legislativo, o Executivo, a sociedade; o hospital é de todos nós, que esse ano não teve Festa das Nações, quando se passava de quarenta a cinquenta mil reais ao hospital, então tudo isso está sendo prejudicado devido a essa questão do COVID e essa é a nossa justificativa para o projeto ser aprovado sem nenhum óbice. **O Vereador Agnaldo** disse que gostaria de agradecer à Vereadora Marli, de se colocar à disposição, sempre respeitando e procurando fazer a sua parte, enfatizando que esse é um recomeço, estamos trilhando um novo caminho aqui. Disse que entende a situação, se colocando à disposição para apoiar esse projeto, mesmo que para isso derrepente corra-se o risco de um não em um eventual registro de candidatura, pois estamos aqui de passagem e o hospital precisa continuar. **O Vereador João Batista**, Presidente da Casa, disse que só gostaria de agradecer à Marli, que teve essa coragem imensa, assim como a Bernadete, o Dr, Wilson, de abraçar essa causa, que sabe que não é fácil, são bem vindos a essa Casa e é claro que os Vereadores estão preocupados e no que depender deles e desta Casa de Leis, estarão à disposição. **A Senhora Marli** comentou sobre a necessidade do arco cirúrgico, ressaltando que agora no entanto precisam resolver um problema imediato, e em dezembro esteve em Curitiba, juntamente com a Sirlei, em contato com o Soldado Adriano, e que o arco cirúrgico custa hoje de quatrocentos e oitenta a quinhentos mil reais, servindo também para cirurgia vascular, além da hortopedia. Disse que precisam também de um aparelho para manter o sangue aqui, pois o custo é grande para manter as bolsas de sangue em Toledo. Pediu ainda aos Vereadores para analisarem a possibilidade da Câmara passar o dinheiro que é devolvido no final do ano ou mensalmente para o município, e o Prefeito repassar para o hospital, acrescentando que tem esperança de que não vão fechar as portas e vão receber ainda muita gente, agradecendo a atenção de todos. **A Vereadora Ligia disse** que iriam responder isso oficialmente ao hospital e agradeceu a presença de todos. Em seguida foi lida e assinada pelos membros presentes da Comissão de Constituição a Ata n° 04/2020; pelos membros presentes da Comissão de Finanças a Ata n° 03/2020, sendo que a Ata n° 02/2020 da Comissão de Educação, Saúde e Assistência já havia sido lida e assinada pela Vereadora Marlene e pelo Vereador Alécio, que já não integra mais a comissão. A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização recebeu o **Parecer Contábil n° 02/2020,** da Contadora da Câmara Municipal, relativo ao **Projeto de Lei n° 014/2020**, que trata sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, no qual afirma que o projeto encontra-se em conformidade quanto à parte técnica e contábil, para aprovação deste Poder Legislativo. Em seguida a comissão decidiu encaminhar o referido projeto de lei para análise do Controle Interno da Câmara Municipal, conforme recomendado no Parecer Jurídico. Também foi decidido realizar a audiência pública no dia 10 de junho e nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme será assinada. Eu, Andréa Marta Salamon Schimmel\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, redigi a presente, que subscrevo. Sala de reuniões da Câmara Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 21 de maio de 2020.

**LIGIA LUMI TSUKAMOTO SUGA**

Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e

Relatora da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização

**GILEAD GABRIEL OSTI**

Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência

**ELZA APARECIDA BARBOSA ROMODA**

Secretária da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

**AGNALDO DA SILVA TADEU**

Secretário da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização.

**MARLENE R. DE OLIVEIRA DALLACOSTA**

Secretária da Comissão de Educação, Saúde e Assistência

**SÉRGIO ARRUDA VIANA**

Relator da Comissão de Educação, Saúde e Assistência

Demais vereadores e servidores presentes: